

# FRONTEIRAS DE INTEGRAÇÃO ENTRE MÉTODOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS NA CIÊNCIA POLÍTICA COMPARADA

FLÁVIO DA CUNHA REZENDE

## RESUMO

Este artigo trata do problema da integração entre métodos quantitativos e qualitativos na ciência política comparada<sup>1</sup>. A partir da Teoria das Diferenças Essenciais proposta por Rezende (2011 b), o artigo busca compreender caminhos possíveis para integração entre estas duas tradições de pesquisa. As evidências apresentadas revelam a existência de diversidade de caminhos para integração que dependem essencialmente das múltiplas formas de abordar causalção, padrões de explicação, bem como sobre o papel das pesquisas *small-n* para inferências causais.

## PALAVRAS - CHAVE

Política comparada; metodologia da ciência política; desenhos de pesquisa; teoria e métodos; integração de métodos.

<sup>1</sup> O tema da integração das pesquisas qualitativas e quantitativas se constitui um tema de interesse amplo nas ciências sociais, mas, aqui, a bem da comparabilidade e dos limites de espaço para análise será restrito ao “caso da ciência política comparada”.

# FRONTIERS OF INTEGRATION BETWEEN QUANTITATIVE AND QUALITATIVE METHODS IN COMPARATIVE POLITICAL SCIENCE

## ABSTRACT

This paper deals with the problem of integration paths to integration between these two research traditions. The evidences reveal several routes for integration between the two logics that depends upon the way they cope with causation, explanation and in the theory of essential differences (Rezende, 2011 b), the paper seeks to understand alternative inference.

## KEYWORDS

Comparative politics; political methodology; research design; theory and methods; integration between methods.

## SOBRE O AUTOR

### FLÁVIO DA CUNHA REZENDE

Ph.D Cornell University. Professor Associado do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco e Pesquisador de Produtividade de Pesquisa, CNPq.

SUBMETIDO EM  
setembro de 2015.

APROVADO  
Novembro de 2015.

Em um dos mais conhecidos artigos na tradição da ciência política comparada, Lijphart (1971) chama a atenção para a crucial necessidade de aprofundamento das reflexões metodológicas<sup>2</sup> como requisitos fundamentais para o desenvolvimento do status científico disciplinar. Baseado no *continuum* proposto por Sartori (1970), Lijphart considera que a ciência política conquanto disciplina pode ser compreendida a partir da tensão entre dois polos diametralmente opostos: por um lado, os “*unconscious thinkers*” com forte orientação empírica, e movidos por uma reflexão metodológica reduzida as questões relativas às técnicas de análise; e, por outro lado, os “*overconscious thinkers*” orientados por uma concepção em que o método se reduziria as questões de construção de modelos e formalização.

Lijphart sugere que o método comparado poderia ampliar sensivelmente a capacidade reflexiva dos cientistas políticos para uma posição intermediária entre os dois polos. O avanço do conhecimento na disciplina exigiria, portanto, um esforço continuado de reflexão sobre o método comparado e seus limites, criando as condições para que os cientistas políticos atuassem como “*conscious thinkers*”.

Meio século depois das preocupações originais de Lijphart e Sartori, a ciência política contemporânea experimenta elevado grau de reflexividade. Com efeito, conjunto significativo de debates e uma nova geração têm aberto avenidas cruciais para o avanço da “consciência sobre o método”, trazendo à tona uma importante gama de temas e questões que moldam a produção do conhecimento na disciplina.

Um dos temas que adquire considerável visibilidade nestes debates reside na integração entre as estratégias quantitativas e qualitativas para a produção de inferências causais. As tradicionais fronteiras paradigmáticas entre as “culturas” (Goertz e Mahoney 2012) quantitativas e qualitativas vêm sendo colocadas em xeque há pelo menos um quarto de século. King, Keohane e Verba (1994)<sup>3</sup> argumentam de forma original que existe uma *lógica inferencial comum* entre estas duas tradições, alterando as percepções da comunidade científica sobre tal problema.

Este argumento radical produziu uma *significativa reconfiguração* dos debates metodológicos, especialmente no que se refere ao uso de métodos qualitativos

2 Na formulação original do autor, o método comparado pode ser entendido como possuindo quatro significados: a) estudos que envolvem diversas unidades de análise (países, instituições, organizações, políticas públicas, e.g.); b) uma dentre as diversas possibilidades de análise nas ciências sociais; c) um método empírico de descoberta de relações entre variáveis; e, d) uma estratégia de pesquisa, não podendo ser reduzida a técnicas de análise de dados.

3 Na realidade, outra contribuição “exemplar” no mesmo período é o trabalho produzido por Putnam (1993) na experiência italiana para compreender como o capital social produz efeitos sobre o desempenho institucional. O desenho de pesquisa proposto por Putnam estabelece uma nova fronteira de possibilidades sobre os potenciais ganhos de abordagens integradas na análise política.

para a produção de inferência causal e das formas possíveis de integração tradicionalmente consideradas na ciência política como imiscíveis em termos de suas lógicas e de seus propósitos. Um dos importantes impactos gerados por este trabalho é a geração de estudos metodológicos -- a chamada “Nova Metodologia Qualitativa” (Brady, Collier e Seawright 2006; Mahoney 2010; Goertz e Mahoney 2012) -- que abrem novas possibilidades e fronteiras sobre os desenhos de pesquisa oferecendo respostas férteis ao “problema da unificação metodológica” para a produção de inferências causais na pesquisa qualitativa.

Este artigo busca compreender, portanto, o surgimento e consolidação de padrões inovadores sobre o problema da integração na pesquisa qualitativa comparada na ciência política<sup>4</sup>. Ele desenvolve seus argumentos básicos a partir da hipótese das diferenças essenciais a qual sugere haver “zonas de exclusividade e integração entre os métodos quantitativos e qualitativos”<sup>5</sup>. A hipótese sugere haver uma diversidade de caminhos para integração entre as duas lógicas.

O artigo está organizado da seguinte forma. A primeira seção apresenta o “problema da integração” e sua conexão com os desenhos de pesquisa. Em seguida, a lógica unificadora proposta por King, Keohane e Verba é discutida. Na seção seguinte é apresentada a teoria das demarcações essenciais para compreender os limites e potencialidades da integração entre métodos. Por fim, são apresentados caminhos possíveis para integração.

## 2 - DESENHOS DE PESQUISA E O PROBLEMA DA INTEGRAÇÃO

O problema da integração<sup>6</sup> entre desenhos de pesquisa quantitativos e qualitativos representa, portanto, uma das principais áreas de preocupação dos debates

4 O tema da integração das pesquisas qualitativas e quantitativas se constitui um tema de interesse amplo nas ciências sociais, mas, aqui, a bem da comparabilidade e dos limites de espaço para análise será restrito ao “caso da ciência política comparada”.

5 Embora a questão de pesquisa se contraponha ao argumento unificador proposto por King, Keohane e Verba (1994), ele se sintoniza com estes autores no que tange ao fato de que os desenhos de pesquisa (*research design*) importam como unidades de análise. Neste sentido é importante se afastar de concepções de análise que tratem os desenhos de pesquisa como “dados”, i.e., eles ignoram esta importante dimensão no processo de coleta e sistematização dos dados para a construção das teorias. Os desenhos de pesquisa importam e se constituem variáveis de crucial relevância para o estudo do tema.

6 A questão da conexão entre os métodos está associada ao problema de como e em que condições seria possível integrar (ou não) tais desenhos de pesquisa. No sentido mais amplo, este problema se alinha com os debates acerca da comparabilidade e compatibilidade entre os vários métodos disponíveis para a produção de conhecimento nas ciências sociais. A pluralidade e disponibilidade de métodos nas ciências sociais é uma importante premissa, e, pode ser compreendida a partir do modelo seminal de Abbott (2004). Ele considera que as questões de métodos nas ciências sociais se organizam a partir das questões relativas ao problema de elaboração das questões/problematizações; das possibilidades acerca da construção de desenhos de pesquisa (estudos de caso, *small-n*, e, *large-n*); como produzir inferências; e, como coletar (etnografias, *surveys*, análise documental, e, análise histórica) e analisar dados empíricos (análise qualitativa, análise quantitativa, e, modelos formais)

metodológicos<sup>7</sup> recentes na ciência política. Esta discussão adquire relevo e visibilidade no contexto em que se procura ampliar as possibilidades na produção de inferências causais válidas a partir dos dois métodos.

Refletir sobre as bases de viabilidade da integração assume uma importância cristalina num contexto em que a preocupação inferencial se torna absolutamente crucial para o avanço disciplinar. A construção de perspectivas mais frutíferas sobre como integrar os paradigmas quantitativos e qualitativos pode introduzir substanciais ganhos na conexão entre teorias e evidências empíricas como é usual na ciência política comparada.

Enquanto existe clareza de que a utilização adequada dos métodos experimentais, quase-experimentais, e da análise estatística pode conduzir a produção de inferências causais válidas, existe, por outro lado, incertezas sobre como os métodos qualitativos podem atingir resultados equivalentes.

O problema central nestas reflexões recai sobre as *condições específicas* que permitem pensar a inferência causal (e a explicação) a partir de uma perspectiva integrada. Longe de pensar que estes universos são imiscíveis ou mesmo incompatíveis, como na ciência política pré-KKV, as discussões se pautam para elucidar as *fronteiras de integração e diferenciação* entre os métodos.

Cientistas políticos que trabalham com as questões de metodologia buscam compreender as condições epistêmicas que “tornam possível a integração ou a diferenciação” entre as duas tradições. Neste contexto, o problema da conexão entre estes desenhos de pesquisa, e seus impactos sobre a viabilidade e qualidade inferencial emerge como preocupação decisiva.

Respostas a tal questão adquirem especial relevância uma vez que diversos cientistas políticos têm se perguntado de forma recorrente, sobre quais seriam as possíveis razões para recomendar estratégias integradas<sup>8</sup>. Neste artigo, a preocupação essencial é, portanto, analisar um espectro de argumentos relativos às condições, ou “fronteiras”, de integração.

7 Compreendemos o termo metodologia como referindo-se aos parâmetros que “regulam” a produção do conhecimento científico num campo disciplinar específico a partir de um conjunto possível de opções teóricas, metodológicas, e, ontológicas, que são “coletivamente” construídos pela comunidade científica. Usaremos aqui o termo “debates metodológicos” (diferenciando-os dos epistemológicos) em sintonia com Bouwell (2003). O autor considera que os debates sobre o método se estruturam a partir dos seguintes temas: a) a natureza dos modelos explicativos (leis de validade geral, explicação por mecanismos, explicações contrastivas, narrativas, e.g.); b) compatibilidade e complementaridade entre formas de explicação; c) o problema da identificação dos padrões de regularidade para a construção de explicações; d) o problema da agência; e, f) limites e potencialidades dos métodos estatísticos.

8 Conceitualmente, como veremos adiante, a pesquisa multimétodo se aproxima da corrente noção de “*mixed-method research*” nas ciências sociais, em que os pesquisadores utilizam a combinação de análises de dados quantitativos e qualitativos. Estes desenhos de pesquisa são vantajosos nas condições de validação suplementar, triangulação e validação convergente de evidências. Todavia, é importante diferenciar a pesquisa multimétodo da conexão entre as lógicas dos métodos qualitativos e quantitativos para a produção de inferências causais.

Esta compreensão é elaborada a partir da comparabilidade entre a perspectiva referencial de KKV com argumentações geradas na Nova Metodologia Qualitativa (NMQ). Ao apresentar tais “diferenças”, não se pretende argumentar em prol da superioridade, inaplicabilidade, ou da melhor adequação deste método. O propósito é o de compreender comparativamente<sup>9</sup> em condições em que a lógica qualitativa faz sentido, e quando esta pode ser integrada as abordagens quantitativas. Em última instância, a análise se volta para compreender limites e possibilidades relativas às fronteiras de demarcação e integração entre os métodos quantitativos e qualitativos na ciência política pós-KKV.

Para além de um mero contraste de posições sobre o problema da integração, o artigo desenvolve originalmente a hipótese das *diferenças consideradas essenciais* proposta por. A teoria considera haver condições de demarcação – ou zonas de exclusividade ou integração potencial – entre métodos qualitativos e quantitativos.

A teoria das demarcações essenciais supõe que estes as possibilidades de integração se organizam a partir de pelo menos três caminhos (ou vias) possíveis: o primeiro está relacionado aos propósitos específicos da análise; a segunda recai sobre a condição de explicar eventos raros e os contrafactuais; a terceira reside na presença da agência e instituições que conferem endogeneidade na explicação política.

Com efeito, dado que a pesquisa qualitativa exige *condições específicas (ou domínios exclusivos, mais amplamente)* para produzir inferências causais, seria possível explicar, diante de um dado problema de pesquisa, como seria possível resolver (ou não) o problema da integração. A reduzida compreensão sobre os domínios exclusivos ou sobre condições em que se torna possível produzir inferências causais nas pesquisas qualitativas e *small-n*, permite que se “institucionalize” uma crença acerca da superioridade dos métodos quantitativos.

O reconhecimento das *diferenças básicas* permite com que as escolhas de desenhos de pesquisa não sejam tratadas como predileções, tradição, ou mesmo pré-noções, mas, sim com base em critérios essencialmente metodológicos, ampliando a qualidade do conhecimento produzido. Por outro lado, a compreensão sobre estas diferenças faz com que sejam ampliadas as bases de diálogo entre os métodos quantitativos e qualitativos.

9 Desde o trabalho de Lijphart (1971) sabemos que a comparabilidade está diretamente ligada à concepção das *contrastive explanations*. A teoria supõe que explicações são parciais, e representam resposta para a questão: “diante de duas explicações plausíveis, quais os critérios que se pode lançar mão para a escolha de uma delas?”. Neste sentido, explicações possuem, de forma implícita ou explícita, uma natureza comparativa.

Com a publicação de *Designing Social Inquiry (DSI)* de King, Keohane e Verba (1994) são lançadas as bases para uma grande transformação paradigmática na reflexão sobre os dilemas de integração entre os métodos quantitativos e qualitativos na ciência política contemporânea. De forma inovadora, os autores lançam o argumento da *similaridade lógica* o qual considera não haver diferenças substanciais entre os métodos quantitativos e qualitativos, os quais devem ser guiados, orientados, e, estruturados, a partir de uma lógica semelhante para a geração de inferências causais<sup>10</sup>.

A introdução deste argumento inicia um gradual processo de erosão de crenças tradicionais sobre as clivagens entre os métodos qualitativos e quantitativos<sup>11</sup> na ciência política, podendo-se identificar um novo momento de transformação institucional profunda na disciplina. Este argumento produz um substancial influxo de concepções que iniciam um amplo e difuso processo de transformação das crenças, comportamentos, e, culturas da comunidade acadêmica na ciência política comparada.

A similaridade lógica afetou sensivelmente o modo de pensar sobre o problema da inferência na ciência política, especialmente na tradição qualitativa. Para gerar inferências causais válidas sobre problemas relevantes, os autores argumentam que a lógica da pesquisa qualitativa deve ser orientada pelos parâmetros da pesquisa quantitativa. Não existe uma lógica dual quando se trata de produzir inferências. A qualidade da pesquisa poderia ser profundamente alterada caso os autores na tradição de pesquisa qualitativa passem a alterar suas crenças e ação a partir de pressupostos e da lógica quantitativa.

Um dos impactos profundos gerados por este argumento pode ser observado tanto na rápida expansão do desenvolvimento do campo particular da metodologia política (*political methodology*), o qual emerge como fundamental para gerar pesquisas de maior rigor e qualidade, quanto na ampla infusão de modelos, técnicas, e, procedimentos para a geração rigorosa de inferência causal na ciência política. Por

<sup>10</sup>Collier, Seawright e Munck (2003) afirmam que o conceito de inferência – causal e descritiva - adquire centralidade no arcabouço metodológico do DSI. Inferências descritivas envolvem três elementos: a) generalização a partir de casos; b) inferências geradas das observações para o plano conceitual; e, por fim, c) a separação entre elementos sistemáticos e aleatórios presentes nos fenômenos sociais.

<sup>11</sup>Neste debate é importante compreender cada posição diante das múltiplas concepções sobre as fronteiras de similaridade entre as ciências naturais e sociais. Em termos ideais, este debate seria melhor compreendido a partir de um *continuum* de posições que se organizam a partir de três posições polares: a) *equivalência* – admitindo que as ciências sociais são equivalentes às ciências naturais; b) *compartilhamento* - onde existem “áreas comuns” em que as ciências sociais compartilham métodos similares às ciências naturais, e neste sentido seriam integráveis; e, por fim, c) *exclusão* – em que as ciências sociais são radicalmente diferenciadas das ciências naturais.

outro lado, verifica-se uma expansão radical na quantidade de artigos<sup>12</sup> em que se pode ver claramente a preocupação com a inferência causal<sup>13</sup>.

Esta noção pode ser encontrada em King (1989) na sua teoria probabilística de inferência, a qual se apresenta via factível de unificação metodológica na ciência política. O autor considera que o desenvolvimento da ciência política demanda um “mais sofisticado e unificado campo de metodologia política”, a partir do qual seria possível emergir um conjunto de parâmetros para avaliação e análise de decisões de pesquisa introduzindo novas fronteiras para a geração de inferências, cumulatividade, e, fundamentalmente, um desenvolvimento metodológico disciplinar.

King (1989) propõe que métodos quantitativos e qualitativos possuem, na realidade, lógica similar quando se trata de produzir inferências causais<sup>14</sup>. Não existe algo como *unicidade dos fenômenos sociais* como supõem os metodólogos qualitativos tradicionais, ou mesmo a noção de que a pesquisa qualitativa não possa ser inferencial. Estas ideias devem ser postas de lado, e, o desenvolvimento da disciplina depende essencialmente do problema de “*como é possível então gerar inferências causais a partir dos métodos qualitativos, especialmente a partir dos desenhos de pesquisa small-n?*”

Mais do que em nenhum momento da história da disciplina, o problema das possibilidades de integração entre os métodos quantitativos e qualitativos foi consi-

12 Dados históricos apresentados por Box-Steffensmeier, Brady e Collier (2008) mostram que a quantidade de artigos que mencionam a expressão “causal” ou “causalidade” na ciência política expandiu-se consideravelmente desde meados do século até o período que KKV introduzem seu argumento inovador sobre os métodos. Enquanto 5% dos artigos produzidos na *American Political Science Review* (o mais canônico e mais metodologicamente rigoroso periódico da área de ciência política nos EUA), continham tal preocupação, este patamar passa para aproximadamente 33% dos artigos em 1995. Para além da mera quantidade de artigos, pode-se observar a crescente sofisticação técnica, metodológica, e, uso intensivo de metodologias quantitativas na produção dos principais periódicos nos EUA. Esta tendência vem se reproduzindo, de forma mais lenta, em outras realidades, a exemplo do Brasil nas duas últimas décadas.

13 Na tradição qualitativa, a questão da inferência causal passa a gerar novas concepções importantes sobre metodologias e técnicas associadas a exemplo dos métodos configuracionais para a geração de inferência na pesquisa comparativa *small-n*, a exemplo dos QCA.

14 A teoria da causalção em DSI segue a tradição clássica centrada em contrafactuais a partir dos modelos de Neyman-Holland-Rubin. A suposição básica é a de “*no counterfactuals, no causation*”. Nesta perspectiva, a noção de que uma causa C produz um resultado S em uma dada unidade de análise sugere diretamente a hipótese da variação do resultado S caso C não houvesse ocorrido. Fearon (1991) considera que os contrafactuais representam a base para a compreensão da inferência causal e do teste de hipóteses em ciência política, onde os pesquisadores se valem de métodos comparativos com dados observacionais onde a randomização não é possível. A inferência causal depende essencialmente com uma comparação com o que não ocorreu, pois, em situações não experimentais, não há como “manipular” os valores das variáveis independentes. A comparabilidade depende de observações entre casos, e, neste sentido, a aleatoriedade é substituída pela “intencionalidade”. O método comparado representa, portanto, um substituto imperfeito para os experimentos como afirma Lijphart (1971). Os pressupostos fundamentais para a inferência causal sugeridos em DSI são a homogeneidade causal, a independência de observações, e, independência condicional.



derado como crucial para o desenvolvimento das inferências causais<sup>15</sup>. A categoria analítica essencial para a qualidade da inferência causal reside nos desenhos de pesquisa (*research design*). O modo particular em que os pesquisadores formulam seus problemas, fazem suas conexões entre as teorias e conceitos e base empírica, passa a ser decisivo para a questão inferencial. Desenhos de pesquisa representam a chave para que se possa atingir maior qualidade inferencial. Neste sentido, supõem KKV, que a tradição qualitativa poderia produzir resultados inferenciais (causal e descritiva) a depender de como os pesquisadores elaborem seus desenhos de pesquisa a partir de parâmetros e pressupostos que orientam a produção de inferências na pesquisa quantitativa.

A validade interna e externa dos desenhos de pesquisa deve, portanto, atender a dois critérios básicos essenciais: por um lado, os cientistas devem ter considerável atenção com o tratamento de questões relevantes para o mundo empírico e, por outro, devem se voltar progressivamente para garantir a produção de explicações causais com grande poder inferencial<sup>16</sup>. Para os autores, enquanto a disponibilidade de problemas e questões empíricas relevantes na ciência política é ampla, o problema crucial da ciência política como ciência reside, portanto, na sua carência metodológica para que se possa testar hipóteses e gerar teorias causais.

O argumento da similaridade lógica tem como fundação básica a lógica frequentista<sup>17</sup> na análise estatística, a qual supõe ser claramente superior para a inferência a questão da “expansão do tamanho da amostra” e a pressuposição associada de que as pesquisas centradas em estratégias do tipo *small-n* são consideradas como “insuficientes” para a geração de inferências.

O problema crucial das abordagens qualitativas residiria, portanto, em superar os conhecidos problemas de viés de seleção e do problema de generalização a partir de poucos casos, e, preocupação com elementos contextuais como categoria

15 Ahmed e Sil (2012) consideram que KKV e seu argumento unificador não apenas faz com que os pesquisadores qualitativos passem a se engajar mais ativamente nos debates das questões metodológicas disciplinares, mas, no efeito de conduzir a disciplina para almejar um ideal científico de “pluralismo metodológico”.

16 Shapiro (2002) verifica a tensão histórica entre duas concepções de ciência política: uma do tipo “*problem-driven*” com grande aderência aos fatos do mundo empírico, e, por outro, a ciência política “*theory-driven*” em que se verifica a preponderância das questões teóricas e metodológicas. Ele argumenta que o segundo tipo foi a lógica prevalente na institucionalização da ciência política americana, onde os cientistas mais orientados por questões teóricas e metodológicas tinham maiores chances de ingresso nos quadros das principais e mais prestigiosas universidades.

17 Na análise estatística existem duas lógicas tradicionais para conceber os diversos modelos de inferência: a abordagem frequentista, e, a bayesiana. Na primeira lógica, a incerteza, i.e., os elementos não desconhecidos no modelo de estimação causal proposto, podem ou não serem considerados como aleatórios; na tradição bayesiana, estes são considerados como aleatórios. A diferença central entre as concepções recai sobre a suposição no chamado problema das probabilidades condicionais pelos bayesianos, que não consideram distribuições de probabilidade como dadas para estimar os efeitos causais e a distribuição dos erros. A expansão do tamanho da amostra permite, para os clássicos, que os dados do modelo (e os erros) se distribuam normalmente, e, que se possa encontrar estimadores não-viésados, consistentes, e, eficientes a partir da média como estimador.

central de análise. A suposição de que elementos relativos à história, a cultura, as instituições sobrecarregam os modelos de problemas de endogeneidade e seus conhecidos problemas de identificação para a construção de estimações causais. Como estimar para fenômenos em que se considera haver forte poder causal para as instituições, como se faz tradicionalmente nas ciências sociais?

Por outro lado, o uso de amostras pequenas não se prestaria, portanto, para gerar inferências causais potentes lastreadas em randomização. Desenhos comparativos devem ser usualmente baseados em escolhas intencionais de casos, sendo este um dos principais problemas metodológicos da ciência política comparada. Avançar em modelos que possam elevar em controles mais sofisticados sobre elementos em similar aos experimentos pode tornar a “ciência política comparada uma ciência” (Przeworski 2007)<sup>18</sup>.

Pesquisas qualitativas enfrentam também dois obstáculos: o problema do viés e o problema da indeterminação. O primeiro ocorre quando o pesquisador deliberadamente impõe restrições de variação nos valores da variável dependente. O caso mais crítico ocorre quando pesquisador utiliza apenas um valor na variável dependente, e, conduz usualmente a problemas de *no-variance design*<sup>19</sup>, não permitindo qualquer possibilidade inferencial na abordagem freqüentista<sup>20</sup>.

O problema da indeterminação está associado aos desenhos de pesquisa em que existem muitas variáveis e poucos casos (*too many variables, few cases*) que são típicos de estudos de caso e *small-n*. O pesquisador se encontra numa situação em que a quantidade de variáveis é usualmente superior a quantidade de casos, e, neste sentido, se reduzem as possibilidades lógicas de produzir inferências causais. A solução proposta pelos autores passa por elevar a quantidade de observações.

Compreendido o argumento da unificação entre os métodos, na seção seguinte a apresentar os elementos da teoria das demarcações essenciais, e, fundamentar seus elementos básicos a partir de argumentos situados na fronteira do debate na

18Przeworski (2007) lança uma importante preocupação sobre a viabilidade da tradição comparativa como uma ciência. Ele afirma que quando os métodos são insuficientes para controlar adequadamente um espectro de causas potenciais (não-conhecidas, negligenciadas, ou não passíveis de mensuração), os cientistas políticos comparados passam a depender sensivelmente da história e dos elementos contextuais que são carregados de endogeneidade. Neste sentido, a pesquisa comparada teria limites consideráveis para resolver os chamados problemas de identificação nos modelos causais a partir de dados observacionais.

19Este problema da seleção de casos e do problema do viés nos desenhos de pesquisa comparativos foi explorado por Geddes (2003). KKV chamam a atenção para o importante fato, usualmente negligenciado pelas tradições qualitativas, de que “não é possível inferir sobre as causas que produzem o comportamento da variável dependente sem considerar variabilidade”. A pesquisa comparativa deve privilegiar a demanda por variabilidade no comportamento da variável dependente.

20 Esta pressuposição inferencial será “radicalmente alterada” por autores na Nova Metodologia Qualitativa em que as suposições bayesianas de probabilidades condicionais são fundamentais para garantir condições inferenciais na pesquisa *small-n*, e, em especial nos estudos de caso. A concepção tradicional dos *data-set observations* (DSO) (casos x variáveis) passa a ser substituída por “*causal process observations* (CPO)” como consideram Brady, Collier e Seawright (2006).

chamada Nova Metodologia Qualitativa.

#### 4 - A TEORIA DAS DEMARCAÇÕES ESSENCIAIS

Um dos importantes efeitos gerados pelas transformações paradigmáticas inseridas por KKV na ciência política está associado a importância crescente das preocupações metodológicas no interior da disciplina sobre como lidar com os problemas do método comparado, sobre problemas de validade dos desenhos de pesquisa, e, como gerar inferências causais a partir de casos, bem como com as questões associadas ao pluralismo metodológico. A transformação paradigmática introduzida por KKV termina por gerar um campo reflexivo no interior da disciplina que aqui consideraremos como a Nova Metodologia Qualitativa (Mahoney 2010), o qual passa a fornecer pistas para que se possa pensar com maior rigor epistêmico os caminhos possíveis para a integração ou não entre os métodos quantitativos e qualitativos numa ciência política “pós-KKV”.

Como é típico nas reflexões metodológicas das ciências sociais, o argumento unificador gerou uma intensa “efervescência produtiva” na tradição qualitativa de pesquisa comparada acerca das questões relativas aos limites e possibilidades de integração. Um amplo conjunto de autores se move para reflexão substancial acerca de compreender de forma mais precisa as fronteiras de demarcação entre os métodos qualitativos e quantitativos, bem como apreender mais precisamente os limites e potencialidades da integração dos métodos em termos da produção de inferências causais.

A teoria das demarcações essenciais está centrada nas condições ou requisitos básicos que tornam a integração problemática, limitada, ou, inviável. A hipótese central proposta é a da existência de um “núcleo central básico” (*core*) composto por zonas claras da “exclusividade” de um dos métodos. Nestas condições de contorno, em termos ideais, os métodos qualitativos são dotados do “monopólio legítimo do método” para a geração de inferências.

Por extensão, quando estas condições são mais frágeis ou menos fundamentais para o desenho de pesquisa, é possível realizar integrações. A ausência destas condições, por contraste, permite que os métodos qualitativos percam sua capacidade de gerar inferências. A compreensão dos requisitos mínimos para a demarcação destas condições permite saber com maior consciência metodológica sobre as fronteiras de eficiência para a construção de desenhos de pesquisa. A teoria sugere que a lógica unificadora e as possibilidades efetivas da pesquisa multimétodo dependem da compreensão da comunidade científicas sobre estas condições de contorno.

A suposição central da teoria é que existem *elementos intrínsecos* aos desenhos de pesquisa qualitativos que os tornam “intratáveis” quando compreendidos a partir de uma lógica quantitativa para pensar causalidade e inferência causal, em contraste ao que sugerem KKV. A teoria básica proposta é que existem pelo menos três condições (ou dimensões essenciais) em que os métodos quantitativos não se prestam adequadamente para produzir inferências causais nos moldes dos métodos quantitativos na análise estatística tradicional.

A primeira delas reside na *diferenciação entre os propósitos fundamentais* da pesquisa histórico-comparada e da análise multivariada. Na tradição histórico-comparada, o propósito básico reside compreender as causas (e não estimar os efeitos) em processos complexos, que envolvem causação conjunta, e, que contem elevada endogeneidade causal, reduzindo a capacidade inferencial a partir de uma lógica quantitativa. Por contraste, na análise multivariada, a lógica central reside na tentativa de *estimar os efeitos* produzidos por um conjunto específico de causas, e encontrar modelos que melhor se ajuste a base empírica mobilizada.

A segunda importante dimensão constitutiva do núcleo exclusivo dos métodos quantitativos consiste na *condição de singularidade* dos fenômenos usualmente estudados na ciência política<sup>21</sup>. Diante desta importante condição não é possível supor uma lógica quantitativa de análise para gerar inferências, dado que se está diante de fenômenos raros, únicos, que pouco tem a ver com a análise de regularidades e distribuições paramétricas desejáveis nos modelos. O poder da análise qualitativa nestas condições se mostra crucial para a produção de teorias, hipóteses, e, inferências causais, tomando os processos causais em amostras pequenas como foco privilegiado de análise.

A implicação básica da segunda dimensão constitutiva tem por principal implicação o fato de que desenhos de pesquisa que utilizam intensivamente os estudos de caso<sup>22</sup> e a pesquisa comparada *small-n* se mostram de considerável importância

21 Desde Almond e Genco (1977) pode-se afirmar que os fenômenos estudados na análise política estão situados num *continuum* entre os modelos de *clocks* (de máxima precisão, regularidades, com processos causais bem definidos) e os modelos de *clouds* (incerteza, ambiguidade, volatilidade, singularidade, causalidade nebulosa). Esta configuração torna a ciência política uma ciência dividida: por um lado, se observa, para a análise de alguns fenômenos mais regulares, a utilização intensiva de modelos e técnicas de análise de dados altamente rigorosos, típicos das ciências naturais; e, por outro, a existência de modelos mais flexíveis e aberto a categorias analíticas mais típicas das ciências sociais (não-naturalizada). Entre estes dois mundos, se situa idealmente o método comparado, onde se considera a coexistência das possibilidades de integração e coexistência entre os métodos. A conhecida tipologia de Almond (1988) mostra o problema da “ciência política como ciência dividida” entre tradições e estratégias de pesquisa.

22 As metodologias de estudo de caso recebem um considerável influxo de status científico na ciência política comparada no contexto da nova metodologia qualitativa. Gerring (2004) estabelece as fundações para o ressurgimento das metodologias de caso (e da pesquisa *small-n*) e sua contribuição para a geração de inferências causais, rompendo a noção de que os casos não se prestam para a geração de inferências. George e Bennett (2005) realizam uma importante contribuição para recuperar o status dos casos para a produção de teorias na ciência política e nas relações internacionais.

para gerar inferências causais. Outro ponto importante aqui é que a singularidade dos fenômenos não permite com que os desenhos de pesquisa possam contar com estratégias mais claras de randomização que são necessárias para gerar inferências ou mesmo experimentos em que se pode manipular as variáveis e controles mais rigorosos na realidade estudada. A singularidade traz à tona a necessidade de compreender os casos como configurações de condições, de causas, e, com reduzida homogeneidade causal<sup>23</sup>, características que tornam as tradicionais estratégias de identificação de modelos<sup>24</sup> e a estimação econométrica tradicional inviável.

A terceira importante demarcação que se considera aqui tem a ver com a *natureza específica da explicação política*. O traço distintivo das explicações políticas é que esta depende essencialmente da forte presença de agência e das instituições, sobretudo na ciência política contemporânea. Com efeito, as análises que tentam inserir a agência e as instituições terminam por se voltar para desenhos de pesquisa que privilegiam a atenção para processos causais, contextos, contingências, escolhas, interações, e outros elementos que são eficientes quando analisados a partir de desenhos de pesquisa qualitativos.

Demarcadas estas condições essenciais de contorno, exploraremos nas seções seguintes, pelas lentes de vários autores da Nova Metodologia Comparada, estes problemas e os debates que eles geram para a construção de alternativas plausíveis para o problema da integração entre os métodos.

#### 4.1 - PADRÕES DE CONEXÃO CAUSAL OU ESTIMAÇÃO DOS EFEITOS?

Na tradição qualitativa, especialmente aquela que considera elementos histórico-configuracionais para construção de explicações<sup>25</sup>, residem algumas das mais fortes razões para compreender a existência de demarcações entre os métodos. Estas tensões se estruturam a partir de modos particulares de pensar a natureza da inferência causal e está conectada aos modos específicos pelos quais é possível rea-

23 A noção de homogeneidade causal é fundamental para permitir a suposição de que as relações causais estudadas na teoria “se mantenham invariantes” em um amplo conjunto de casos, e é fundamental para os modelos tradicionais na análise quantitativa, especialmente do tipo *large-n*. A suposição é de que as relações causais são “inelásticas” ao contexto. Na tradição de pesquisa comparada em ciência política, esta noção tem a ver com a ideia que os conceitos, teorias, e, hipóteses “viagem bem” entre diferentes realidades. A suposição de homogeneidade causal é um requisito muito difícil de encontrar na realidade política, como exploraremos adiante no trabalho.

24 Para uma discussão ampla do problema da identificação nas ciências sociais cf. Manski (1999)

25 A discussão contemporânea sobre a “lógica da explicação histórica” na ciência política comparada a partir da Nova Metodologia Qualitativa, construída a partir de um diálogo com as abordagens set-theoretical (Schneider e Wagemann, 2012) pode ser compreendida a partir de Mahoney, Kimball e Koivu (2008). Para uma discussão mais ampla sobre as possibilidades e estratégias da pesquisa comparada nas ciências sociais ver Mahoney e Rueschmeyer (eds) (2002).

lizar a conexão entre modelos, teorias, e, dados empíricos em desenhos de pesquisa válidos. O argumento básico é que pesquisadores qualitativos não estão voltados para estimar modelos que melhor se ajustem aos dados observados como na tradição quantitativa. A noção de “*goodness of fit*” que orienta os modelos quantitativos não faz qualquer sentido<sup>26</sup> nos métodos histórico-configuracionais.

Quando os pesquisadores estão preocupados em gerar explicações e inferências causais utilizando os métodos histórico-comparados, estes usualmente partem de abordagens centradas na compreensão dos “padrões de causas que geram os efeitos estudados” (*cause-of-effects*). Para tanto, estes mobilizam de técnicas e estratégias que envolvem uma lógica de condições necessárias e/ou suficiente para a análise dos processos de causalização, e, a estratégia de *process-tracing*. Os métodos históricos comparados fazem uso intensivo da lógica contrafactual (Goertz e Starr 2002), as abordagens QCA<sup>27</sup> e, análises do tipo *path dependence*.

Por contraste, as análises quantitativas usualmente se voltam para estimar os “efeitos das causas” (*effects-of-causes*), os efeitos médios para causalização, a busca por estimadores mais eficientes, consistentes e não-viésados<sup>28</sup> e, empregam as técnicas de análise de regressão (em suas várias modalidades) para o teste de hipóteses. A tensão entre estimação e compreensão configuracional representa tensão básica da demarcação entre os métodos como sugere a teoria das demarcações essenciais.

Este argumento foi claramente elaborado por Mahoney e Terrie (2008) que consideram inadequada a usual crítica que cientistas sociais que se utilizam de uma “lógica quantitativa” para ressaltar os limites da pesquisa histórica *small-n*. A razão

26 Mesmo na pesquisa histórica comparada os pesquisadores qualitativos buscam construir modelos que sejam mais “ajustados” à realidade, envolvendo em algum grau, de forma implícita, a noção de “ajuste”. Todavia, este ajuste é pautado por uma outra lógica de condições, conexões causais múltiplas, presenças de efeitos de contextos, e, de elementos institucionais. O propósito não seria o de encontrar os melhores estimadores, mas, sim o de maior capacidade de análise profunda (*thick*) da realidade sem perder o poder de inferência causal.

27 As fundações lógicas destes modelos residem nas estratégias clássicas centradas em similaridades e diferenças baseadas nas concepções originais de David Hume e John Stuart Mill. As estratégias comparativas de QCA foram desenvolvidas no período situado entre 1980 e final dos anos 90 e conferiram ênfase especial para aplicações em ciência política. Estas técnicas foram concebidas como sendo estratégias de síntese entre os “estudos de caso” e “a pesquisa orientada por variáveis” como se convencionou chamar desde Ragin (1989) A utilização dos métodos de QCA se distingue radicalmente dos métodos convencionais de estimação na análise na tradição quantitativa, por assumir equifinalidade, causalização conjunta, complexidade, e que não existe um modelo causal que melhor ajusta aos dados extraídos da realidade observada, mas, compreender com maior clareza os múltiplos modelos causais que existem entre casos comparáveis. Os modelos QCA “rompem” com as pressuposições das análises tradicionais ao pressupor: a) que não existe causalidade permanente; b) os efeitos causais são heterogêneos; c) heterogeneidade causal (os padrões causais são elásticos a expansão do tamanho da amostra); d) não-aditividade causal; e, e) assimetria causal.

28 Modelos buscam gerar estimações mais precisas para a análise da realidade observada. Judd, McClelland e Ryan (2009) consideram o propósito mais amplo de reduzir os erros e gerar a mais acurada descrição dos dados observados a partir de modelos conduz a introdução de parâmetros para a estimação. As propriedades fundamentais desejáveis dos estimadores são a redução do viés; a consistência, e, a eficiência. Sobre o problema da redução do viés, é importante remeter a considerável preocupação dos analistas quantitativos em encontrar os blue estimators – *best unbiased linear estimators* – em suas técnicas de estimação.

fundamental da inadequação para os autores reside na usual incompreensão da lógica, propósitos, e métodos da pesquisa histórica comparativa. As diferenças entre as análises estatísticas e da pesquisa histórico-comparada se consolidam a partir de três dimensões essenciais: a natureza de explicação; a concepção de causalidade; e os procedimentos mobilizados para teste de teorias.

Quando pesquisadores fazem uso de desenhos de pesquisa *small-n*, eles usualmente estão interessados em compreender mais de perto como um determinado conjunto de causas produz o comportamento ou o efeito sobre a variável dependente, e, não estimar efeitos causais. A atenção dos modelos reside no “como” as causas se articulam, interagem, e geram, em condições específicas, determinados resultados, e não no impacto das causas. A preocupação qualitativa está em saber como as causas produzem determinados efeitos, leva a importante suposição de que a causalidade é fortemente afetada pelo contexto e pelas condições específicas na produção do fenômeno. Neste sentido, a lógica de produção da pesquisa comparada não deve emular a lógica quantitativa.

A dependência do contexto para a construção de explicações torna, nas lentes da análise quantitativa tradicional, problemática a questão do viés de seleção e a generalização na pesquisa qualitativa *small-n*. Quando se trata de analisar as causas que produzem os efeitos, muitos autores contemporâneos consideram ser o problema de viés de seleção dos resultados representa um propósito de segunda ordem, e, a questão central seria a de compreender de forma mais profunda os padrões causais que uma dada realidade produz. Brady, Collier e Seawright (2006) sugerem que os métodos qualitativos na pesquisa histórica comparada estão mais voltados para compreender os “*Causal Process Observations*” (CPOs) em contraposição aos “*Data Set Observations*” (DSOs) que são típicos dos métodos quantitativos.

#### 4.2 - A SINGULARIDADE DOS FENÔMENOS POLÍTICOS

A segunda dimensão considerada decisiva para demarcar os domínios entre os métodos quantitativos e qualitativos reside na singularidade dos fenômenos políticos. O problema da singularidade está associado à noção de que, em um amplo espectro de condições, as leis e regularidades causais na ciência política são consideradas irrelevantes ou triviais. Os fenômenos políticos são altamente contingentes ao contexto, a agência, e, randomização pela história, carregados, portanto, de endogeneidade. Nestas condições, desenhos qualitativos de pesquisa comparada com emprego intensivo de casos partindo da pressuposição da variabilidade na conexão entre as causas e os efeitos estudados pelos modelos e teorias se mostra mais frutífero para gerar inferências (Rohlfing 2012).

Explicar e gerar inferências causais sobre tal natureza de fenômenos singulares exige que os cientistas políticos considerem métodos e desenhos de pesquisa que explorem elementos relativos à ambiguidade, incerteza, e, ao contexto. Estas características tornam os fenômenos políticos como sendo constituídos por elevada variabilidade das causas, complexidade causal, e, a existência de múltiplos caminhos entre as causas e os efeitos, que são altamente elásticos em relação ao contexto. Estratégias de pesquisa devem gerar possibilidades plausíveis para compreender processos causais em que o contexto importa. Estas suposições não são encontradas nos modelos tradicionais da análise quantitativa.

Neste sentido, a conexão entre a pesquisa empírica e os modelos teóricos na tradição qualitativa muito raramente são “utilizados para testar relações ou hipóteses bem conhecidas entre duas variáveis X e Y que se comportam de forma invariante ao contexto”, mas, sim para desenvolver novos conceitos, reformular ou expandir o arsenal de teorias existentes, ampliar o espectro de questões relevantes, e analisar os modos pelos quais estas variáveis estão articuladas na realidade estudada. A geração de novas teorias, a compreensão de novos padrões de articulações causais, e, a tentativa de compreender de forma profunda da agência (e suas interações com as instituições) emerge de forma decisiva na explicação política.

A condição de singularidade dos fenômenos políticos requer que a análise comparada seja preponderantemente gerada por desenhos de pesquisa do tipo *small-n* ou estudos de caso situados no contexto. A complexidade, ambigüidade e incerteza dos fenômenos políticos não representam, todavia, obstáculos intransponíveis para a produção de inferências causais<sup>29</sup>.

A presença de contrafactuais nestas “realidades singulares” emerge como outra característica fundamental que delimita os métodos. A concepção unificadora de KKV, ao pressupor a noção de integração dos métodos a partir da lógica inferencial quantitativa, falha consideravelmente a não levar em conta questões tradicionalmente consideradas na pesquisa quantitativa como a teoria e lógica dos *métodos configurativos qualitativos QCA* (Ragin 2000; Schneider e Wagemann 2012) para a produção da inferência causal diante de condições de equifinalidade, causalção múltipla, e, contrafactualidade.

O refinamento indutivo das teorias proposto pelas concepções bayesianas

29 Blyth (2006) considera que os paradigmas que estabeleceram premissas, possibilidades metodológicas, modelos teóricos, bem como sobre as formas de conexão entre dados e teorias ainda se pautam por crenças equivocadas sobre a incerteza e a singularidade. Ele argumenta que a ciência política comparada apresenta um descompasso na conexão entre teorias e realidade empírica, dado a ciência política ainda se situa em termos teóricos num mundo imaginado ser altamente previsível e regular, enquanto a realidade se aproxima mais claramente de um mundo marcado pela incerteza e imprevisibilidade em que os dados não se encaixam “normalmente” as teorias e que os eventos raros possuem grandes chances de ocorrência. A disciplina da ciência política comparada rejeita fortemente que são, de fato, as possibilidades de entrar num modelo imprevisível, as causas mais profundas das duas outras camadas da realidade.



passa a ser de fundamental importância para compreender que os padrões causais não são invariantes, mas, sim, heterogêneos e singulares. A construção de teorias e modelos a partir de estudos de caso, produção de tipologias explicativas, identificação de mecanismos causais, bem como a partir da análise descritiva assumem relevância no processo de construção de teorias<sup>30</sup>.

A terceira importante dimensão da singularidade está relacionada ao conhecido problema da complexidade causal. Embora Braumoeller (2003) proponha um modelo de análise estatística que leve em conta a complexidade causal para o estudo da política, este é um terreno em que os problemas de inferência estatística não se aplicam devidamente. Os modelos estatísticos convencionais tentam partir da suposição de causas prováveis, admitindo uniformidade e homogeneidade nos padrões causais supostos pelas teorias. Todavia, a realidade é carregada de heterogeneidade e contrafactuais, em que os padrões causais exibem elevada variância entre casos, ampliando sensivelmente os problemas de endogeneidade.

A análise da complexidade é, no entanto, melhor compreendida quando se parte para a construção de desenhos de pesquisa centrados em estudos de caso, identificando casos positivos, negativos (Goertz e Mahoney 2012; Gerring 2004) e buscando compreender teoricamente os fatores causais que produzem o comportamento da variável dependente. Os modelos típicos da pesquisa histórico-comparada se utilizam de conceitos como momentos críticos, path-dependency, causalção múltipla, e, equifinalidade, que acentuam o problema da análise de singularidades na análise política. Não é exatamente aumentando o número de observações N que se pode compreender mais de perto os fenômenos políticos, mas, sim penetrando com maior intensidade nos casos e comparando a variabilidade causal entre estes é que se pode produzir teorias e inferências causais mais refinadas para a compreensão da realidade.

#### 4.3 - AGÊNCIA, INSTITUIÇÕES E MECANISMOS CAUSAIS

A terceira diferença essencial reside na relevância que elementos relativos à agência, as instituições, e, aos mecanismos causais possuem na explicação de fenômenos políticos. Em contraste com as teorias sem ator nas ciências sociais, é de crucial importância entender que as explicações causais dos fenômenos políticos dependem largamente do modo como as teorias e modelos propõem a integração entre os agentes (a agência), as regras do jogo (as instituições formais e informais),

<sup>30</sup> Para uma compreensão mais ampla da validade dos estudos de caso na ciência política comparada ver Rezende (2011 a)

e, os mecanismos causais que produzem o comportamento da variável dependente.

Como afirma Ryan (2004), “*prima facie*, as explicações em ciência política envolvem atores dotados de racionalidade, e, são construídas a partir dos desejos e das crenças dos agentes sociais”. Na realidade, os modelos explicativos na ciência política seguem a famosa equação de Plott (1991) em que os fenômenos políticos dependem, em sua essência, da interação entre agentes e instituições. Estas concepções sugerem fortemente que os modelos e teorias propostos pela ciência política comparada levem a sério a *indispensabilidade* de inserir as diversas formas de agência (individual, organizacional, coletiva, humana, e, não humana) e as instituições na produção de explicações e inferências causais. A introdução de elementos agenciais e institucionais em suas formas mais sofisticadas é um “monopólio legítimo” da tradição qualitativa<sup>31</sup>.

Centrados na fusão entre modelos de escolha racional e teoria neoinstitucional as Narrativas Analíticas (Bates et al 1998) representam um bom exemplar de estratégias integradas na ciência política que se voltam para compreender mudança e variabilidade, combinando pesquisa histórico-comparada a partir do uso intensivo de estudos de caso com modelos formais. Nas narrativas analíticas uma clara preocupação dos autores em combinar as perspectivas clássicas dos modelos formais da teoria dos jogos que tratam as instituições como jogos e como equilíbrios (*institutions-as-equilibrium*) com as contingências contextuais na produção dos fenômenos políticos.

Levi (2004) considera que a principal contribuição destes tipos de análise é que elas consideram seriamente as formas de integrar a agência na compreensão dos fenômenos políticos. Esta é feita a partir das narrativas produzidas pelos agentes situados em uma dinâmica causal contextual construída. Há uma clara necessidade de entender mais profundamente como as “narrativas” contidas e construídas a partir da interação entre os agentes, e entre os agentes e as instituições, produzem mecanismos causais específicos que permitem explicar mais profundamente e gerar melhor inferências.

A questão da inferência causal para as narrativas analíticas consiste em conferir ênfase decisiva ao problema de *process-tracing* e das explicações por mecanismos causais para buscar a compreensão de como escolhas e instituições produzem os fenômenos. Este tipo de análise requer intensivo uso de estratégias de estudos comparados *small-n* para que se possa gerar inferências a partir da análise de cau-

<sup>31</sup> Com efeito, os principais modelos e paradigmas na teoria política contemporânea gravitam entre dois paradigmas: os novos institucionalismos e as teorias da escolha racional, que representam caminhos possíveis para construção de teorias na política comparada. Um bom exemplo da combinação de teorias da escolha racional com os novos institucionalismos pode ser vista a partir do conjunto de estudos produzidos no contexto do projeto Narrativas Analíticas (Bates et al 1998, Levi 2004).

*sal process observations* (CPOs).

A estratégia de considerar seriamente os processos causais torna mais clara a necessidade de ir “para além das variáveis” como concebidas na lógica quantitativa de pensar a inferência, mas, sim compreender que existem múltipla causalção e escolhas contingenciais dos agentes nos fenômenos políticos. As novas metodologias qualitativas na ciência política recomendam fortemente que as inferências devam ser primariamente construídas a partir dos casos. Casos permitem explorar de forma controlada como configurações causais específicas produzem (ou não produzem) certos resultados ou efeitos, e, a partir de mecanismos específicos.

A importância dos mecanismos causais para a produção de inferências na pesquisa comparada é centrada fundamentalmente numa lógica bayesiana. O que realmente importa para compreender a causalção não está, portanto, diretamente associado a quantidade de observações, mas, sim a aderência que as observações possuem em relação aos modelos causais e suas hipóteses tomados como conhecimentos *a priori*. A questão fundamental para as observações e para a geração de teorias está fortemente associado ao chamado problema da incerteza que os cientistas políticos enfrentam quando levados a compreender os mecanismos causais que produzem a conexão entre agentes, instituições, e, o comportamento da variável dependente. Partindo de premissas bayesianas, as abordagens qualitativas usualmente consideram que ao produzirem novos modelos, teorias e explicações, estes estariam constantemente “atualizando” suas crenças sobre a validade inferencial.

Apresentados os elementos centrais da teoria das demarcações essenciais, se considera na próxima seção a análise de rotas possíveis para a integração entre os métodos. A compreensão destas crenças permite identificar os limites e potencialidades das condições de contorno propostos para a teoria das demarcações essenciais, com atenção especial para as condições sobre o monopólio legítimo do método.

## 5 - VANTAGENS COMPARATIVAS E LIMITES EFETIVOS PARA A INTEGRAÇÃO

Nesta seção exploraremos alguns dos argumentos fundamentais desenvolvidos na fronteira do debate contemporâneo sobre o problema da integração entre os métodos quantitativos e qualitativos na ciência política<sup>32</sup>. Apresentaremos,

<sup>32</sup> A preocupação fundamental desta seção é meramente argumentativa, e, neste sentido não explorarei a importante dimensão de processos institucionais, organizacionais, que foram construídos no interior da ciência política em torno da questão da integração dos desenhos de pesquisa, especialmente ao longo das últimas décadas.

portanto, a partir de um conjunto de trabalhos exemplares situados nos debates metodológicos sobre esta questão, uma matriz de possibilidades para compreender as rotas de integração (ou de desintegração) entre as abordagens quantitativas e qualitativas, e, a partir de então vislumbrar possibilidades para expandir a reflexividade sobre tal importante questão.

Não se trata de um posicionamento nem mesmo uma “saída” para o problema da integração, mas, a compreensão de rotas possíveis para o tratamento deste importante tema. Discutiremos inicialmente em torno das supostas vantagens da integração. Em seguida mostraremos alguns dos importantes limites destas estratégias, e, por fim, algumas dos caminhos possíveis que vem sendo operacionalmente delineados na pesquisa corrente.

A primeira consideração reside na evidência empírica de que as possibilidades de integração entre os métodos quantitativos e qualitativos vêm se ampliando consideravelmente desde há pelo menos duas décadas na ciência política comparada. A elevação substancial de desenhos de pesquisa integrados representa um fato importante na produção contemporânea.

Existe uma crescente institucionalização das pesquisas integradas tanto no que se refere no volume da produção – em termos de artigos, livros, teses, e, outras formas de pesquisa – bem como no que se refere à criação de incentivos institucionais e organizações para promover a difusão e estabilidade da crença de que os desenhos de pesquisa integrados representam um “tipo ideal” a ser perseguido na construção das explicações e da geração de pesquisa de maior qualidade.

A primeira questão a explorar na análise seria, portanto, de compreender quais as crenças básicas que fundamentam a deseabilidade destes desenhos de pesquisa, i.e., quais as razões em torno da preferência relativa aos desenhos de pesquisa integrados na ciência política nos últimos anos. O argumento inicial é o de que existem vantagens comparativas em torno da integração.

A primeira vantagem comparativa de desenhos de pesquisa integrados, quando bem construídos, podem superar os usuais limites que desenhos não integrados trazem consigo e gerar qualidade inferencial. Múltiplas abordagens podem gerar maior poder inferencial. Combinando métodos, lógicas, e técnicas de análise, os pesquisadores poderiam dar conta dos limites típicos usualmente exibidos por cada uma das tradições de análise. Neste sentido, é a “falha sistemática” de cada método que abre possibilidades para a integração criativa de metodologias.

Nesta esteira de argumentação, Fearon e Laitin (2008) consideram que a expansão dos desenhos de pesquisa integrados tem se tornado altamente popular na ciência política nos últimos anos, e, que parte considerável desta popularidade estaria diretamente associada ao reconhecimento dos limites da validade da pesquisa quantitativa tradicional para gerar conhecimento inferencial. Os autores con-

sideram que as estratégias integradas, quando bem sucedidas, ampliam as chances efetivas de combinar o poder das análises quantitativas com os estudos de caso e *small-n*, gerando uma “nova divisão do trabalho”: por um lado, as estratégias quantitativas seriam mais frutíferas para permitir a identificação de padrões causais e regularidades empíricas, apoiada por análise estatística; por outro lado, as estratégias qualitativas seriam voltadas para gerar conhecimento sobre mecanismos causais. A complementariedade entre os métodos seria, portanto, um “equilíbrio” desejável.

Tarrow (1995) sugere tal complementariedade em contraposição aos supostos unificadores de KKV, e argumenta em torno da ideia de irreducibilidade da pesquisa qualitativa à lógica inferencial frequentista. Com efeito, a qualidade inferencial não está associada a elevação da quantidade de observações mas, sim no “mergulho” mais profundo nas estratégias qualitativas para compreender o importante papel dos mecanismos causais, e, como de fato eles operam e variam em diferentes contextos institucionais historicamente situados. A tese da complementariedade entre os métodos proposta por Tarrow (1995) supõe que a qualidade da integração entre os métodos passa a depender de como os pesquisadores compreendam a lógica (e o papel) da divisão de trabalho entre os métodos: a pesquisa qualitativa se volte para identificar a dimensão não-sistemática da realidade e sua lógica de variação entre contextos. Por outro lado, a dimensão sistemática da realidade, usualmente expressa a partir de regularidades causais, deve ser apreendida pelos métodos quantitativos.

A segunda vantagem comparativa considerada como crucial para a integração reside no argumento de que esta amplia a eficiência analítica e o poder explicativo<sup>33</sup>. A crença em torno da viabilidade de concepções integradas se organiza em torno do pressuposto de que “princípios científicos compartilhados” tais como a falseabilidade, a parcimônia, a redução, a coerência lógica, a validade, devem estar presentes nos desenhos de pesquisa para assegurar maiores chances de promover maior qualidade inferencial.

Este compartilhamento permite integrar, da forma mais eficiente possível, os pontos positivos dos diferentes métodos. Esta integração, mesmo enfrentando os usuais desafios de incomensurabilidade paradigmática, cria as condições para

33 Ahmed e Sil (2012) consideram que esta crença passa a ser intensificada como prática a partir da revolução behaviorista nas ciências sociais nos anos 50 -- especialmente na psicologia -- em que se supunha ser plausível a noção de que o emprego de diferentes métodos de observações pode gerar melhores condições para validação transversal e reduzir erros. A noção de triangulação que adquire centralidade nas diversas ciências sociais nos anos 60 e 70 é um dos efeitos mais visíveis desta crença. No campo disciplinar da ciência política, os autores argumentam que o primeiro esforço mais sistemático para a integração de métodos passa a ser verificado nos anos 70, quando diversos autores influenciados pela tradição comportamentalista passam a considerar os estudos de caso e os desenhos de pesquisa *small-n* como possibilidade “complementar” as abordagens quantitativas para gerar ou testar hipóteses.

complementar os elementos potenciais de cada abordagem e gerar inferências causais superiores do que qualquer um dos métodos isoladamente pode oferecer. A força desta crença vem sendo amplificada desde a década de 90 em que se verifica uma maior demanda pelo compromisso de fazer com que os desenhos de pesquisa passem a ser construídos a partir do emprego de vários métodos.

A crescente institucionalização desta crença como uma das formas mais benéficas de operacionalizar a difusão dos benefícios do pluralismo metodológico (e do ecletismo analítico) tem sido uma tônica na ciência política contemporânea. Exemplos bem claros de integração pode ser percebido em modelos já considerados clássicos nos debates sobre “os padrões de cientificidade da ciência política contemporânea”.

Um deles está na clara concepção integrativa tripartite para o “disciplinamento da ciência política conquanto ciência” sugerido por Laitin (2002), o qual fornece uma concepção de cientificidade que envolve o *uso combinado* de modelos formais, análises estatísticas e pesquisa qualitativa para a geração de qualidade inferencial. A noção de integração também está clara na formulação de “*nested analysis*” proposta por Lieberman (2005), onde o emprego simultâneo de estratégias *large* e *small-n* para a identificação dos casos, para a geração de explicações historicamente situadas, bem como para gerar hipóteses que possam ser testadas em uma população mais abrangente, aparece como fator decisivo para a qualidade das inferências causais.

Conhecidas as vantagens comparativas em torno da integração, é importante salientar que, a confecção de estratégias integrativas na pesquisa comparativa encontra limites. Embora desejável, a integração nem sempre é factível. Consideramos aqui, que existem tensões entre as abordagens qualitativas e quantitativas, que são decisivas. A primeira recai sobre as possibilidades de integração entre ontologias e metodologias; a segunda reside na questão das múltiplas concepções sobre inferência causal, sobre causalção, ou mesmo sobre causalidade; a terceira se organiza em torno das diferentes percepções em torno do que vem a ser a validade externa e interna; e, por fim, a questão mais operacional da sempre problemática questão da complexidade causal e das análises densas da realidade.

A questão da integração ontológica e metodológica como limite fundamental a integração pode ser vista no argumento proposto por Hall (2003). Para além de uma “mera combinação” de técnicas, ou de questões operacionais de como aplicar análises quantitativas e qualitativas para responder determinadas questões de pesquisa, os pesquisadores se defrontam com barreiras (e possibilidades) ontológicas fundamentais quando desejam integrar métodos, especialmente quando buscam inferências causais.

Métodos estão fundamentalmente ligados a ontologias e epistemologias, e, neste sentido, são paradigmas, e, portanto, podem ser algumas vezes “incomunicáveis”. Hall (2003) considera que as ontologias representam um conjunto de premissas básicas que os cientistas políticos (e sociais) fazem sobre a realidade, e, mais importante, sobre a natureza das relações causais que estruturam os fenômenos a serem estudados.

Enquanto os métodos seriam mais próximos de técnicas para gerar observações sobre relações causais específicas, as ontologias seriam premissas fundamentais para compreender as “estruturas profundas” de uma dada realidade a partir de teorias. Os esforços de teorização dependem, portanto, de ontologias, e, quando estas são congruentes, é possível que se possa integrar com maior eficiência. O problema do alinhamento ontológico e metodológico, é para Hall, o problema crucial a ser enfrentado para lidar com a integração entre métodos quantitativos e qualitativos.

Hall (2003) considera haver um descompasso crescente entre as “ontologias” dos modelos de análise estatística e os métodos comparativos tradicionais (pesquisa qualitativa e *small-n design*), constituindo-se num dilema fundamental para a ciência política e suas possibilidades de interpretação da realidade. Ele considera que os modelos comparativos – diante de realidades cada vez mais complexas, dinâmicas, e, com intensa variabilidade em termos de agência e instituições - vêm cada vez mais tentando incorporar elementos analíticos fundamentais tais como causalidade conjunta, complexidade causal, agência, equifinalidade, que são incompatíveis com os pressupostos fundamentais da análise estatística tradicional, e, portanto, novas possibilidades de análise tem emergindo na política comparada. Levando a sério o princípio de que “correlação não é causalidade”, o autor argumenta que estas novas ontologias têm dado margem a novas metodologias que nem sempre se mostram compatíveis com desenhos quantitativos de pesquisa.

Ahmed e Sil (2012) consideram mais recentemente que a questão da integração está associada às possibilidades efetivas de alinhamento ontológico e as concepções de causalidade entre dois ou mais métodos. Quando as condições ontológicas não permitem a integração, por conterem concepções incompatíveis de causalidade (ou de causalidade), os desenhos de pesquisa integrados podem, ao contrário do que se supõe, gerar erros e gerar problemas inferenciais.

Este fato se mostra absolutamente importante dado que, nem sempre, a eficiência analítica integração seria maior em relação aos desenhos não-integrados. A dimensão mais importante ligada a escolha dos métodos reside não na questão de pesquisa como alguns autores mecanicamente supõe, mas, nas *condições ontológicas de contorno* que fornecem sentido a potencial integração entre métodos. Este ponto se alinha com a questão da demarcação essencial proposta no artigo. O

método não tem prevalência sobre a ontologia, mas, sim o contrário.

Uma das implicações sensíveis desta assertiva reside no importante problema da endogeneidade e da inferência causal. Muitas vezes, como Rezende (2012) nos chama a atenção para o problema da mudança institucional nas teorias contemporâneas no novo institucionalismo, um dado problema de pesquisa que possui tamanha endogeneidade e heterogeneidade causal reduz o potencial para que seja possível empregar os métodos estatísticos inferenciais com base na lógica frequentista como supõem KKV.

Nestes casos, se mostra muito mais plausível uma abordagem histórica *small-n* para a compreensão dos processos causais (e de sua variabilidade) que supõem ser dependentes do contexto institucional. Estimar os efeitos causais das instituições sobre a mudança institucional seria melhor tratada a partir de um desenho de pesquisa essencialmente qualitativo. Em outras condições, quando a exogeneidade está presente, e, a suposição de homogeneidade causal faz mais sentido de se supor, as abordagens quantitativas seriam mais frutíferas do ponto de vista da eficiência analítica para inferência.

Outro limite recai sobre para considerar aqui reside nas diferentes percepções que os as duas tradições possuem sobre as questões fundamentais relativas à validade interna e externa dos desenhos de pesquisa. Desenhos de pesquisa usualmente envolvem duas questões fundamentais sobre o “problema da inferência”: a questão da qualidade inferencial (questões relativas à validade interna ou credibilidade); e, a questão da capacidade de transferência inferencial (validade externa ou transmissibilidade). Nem sempre existem “acordos possíveis” sobre estas dimensões, e, o pesquisador deve estar consciente de quando e como estas devem ser integradas.

Para exemplificar estas tensões acerca dos desenhos de pesquisa utilizaremos a análise de Moses, Rihoux, e Kittel (2005) sobre o problema da integração na ciência política na Europa. Estudando as diferenças metodológicas entre a ciência política europeia e norte-americana os autores consideram que há um forte descompasso entre desenhos de pesquisa e qualidade inferencial entre estas duas tradições de pesquisa<sup>34</sup>.

34 O descompasso metodológico entre a ciência política norte-americana e europeia pode ser vista no importante artigo de Norris (1997) sobre cosmopolitismo da ciência política. Norris afirma que este descompasso se reflete nas diferentes abordagens metodológicas dos seus principais periódicos entre 1970-1990. Os dados empíricos analisados por Norris sugerem que os periódicos europeus são “mais calibrados” entre abordagens behaviorais e institucionais, i.e, mostrando um maior balanço entre os métodos quantitativos e qualitativos. Por contraste, os periódicos americanos, tendem a ser fortemente orientados por análises estatísticas, testes de hipóteses, e, modelos formais. Norris considera que, no período analisado, se verifica um crescente descompasso metodológico entre a ciência política norte-americana e europeia, gerado a partir das pressuposições fundamentais sobre a ontologia da disciplina. A ciência política norte-americana, na concepção de Norris, está relacionada a uma crescente sofisticação técnica e analítica, que está ligado a uma crescente hegemonia do positivismo e da formalização.



Eles consideram que há uma clara distinção a ser feita no que se refere ao papel da estimação causal de efeitos como inferência. Os cientistas políticos norte-americanos que trabalham na fronteira da metodologia contemporânea são profundamente voltados para a construção de modelos e para os problemas de estimação com uso intenso de identificação econométrica. Inferências causais se reduzem as estimações causais.

Por contraste, os cientistas políticos europeus se aproximam da posição de “consumidores de modelos” (a exemplo da ciência política brasileira) e para a aplicação de técnicas de estimação. Haveria, portanto, uma divisão do trabalho, em que os europeus estariam mais voltados para a discussão dos problemas de formação conceitual e da operacionalização dos modelos de estimação do que em propriamente construir modelos para análise empírica inferencial.

Indo na contramão do argumento do “cosmopolitismo” formulado por Norris (1997), os autores consideram que a “expansão” dos métodos quantitativos na ciência política européia estaria centrada numa forte estrutura de incentivos para propulsionar as carreiras individuais dos pesquisadores. Os principais cientistas políticos europeus que trabalham com métodos quantitativos e a questão inferencial montam suas estratégias individuais de publicação científica tendo como foco os principais periódicos americanos, que possuem maior prestígio, reputação, e, maior visibilidade. Isto explica, em grande parte, porque os periódicos europeus (o que pode também ser observado na ciência política brasileira) seriam menos preocupados com questões ligadas ao teste de teorias e a análise formal. Por outro lado, os periódicos europeus tendem a manter suas estratégias de especialização em áreas e tipos de trabalhos, consolidando uma tradição.

Os autores consideram que a ciência política contemporânea passando por um crescente processo de integração metodológica a partir da continuada “erosão” das clivagens tradicionais entre os universos quantitativos e qualitativos. Todavia, eles consideram que a aparente “paz metodológica” possa ser bastante ilusória. A principal clivagem entre as tradições metodológicas reside, entretanto, na tensão entre as abordagens interpretativas e explicativas. Os autores observam que, no interior da disciplina, estaria se configurando um renascimento das tradições interpretativas com técnicas específicas para entender o comportamento e a ação do comportamento social e político. Eles consideram que estes novos influxos na tradição interpretativa não estariam alinhados com as rotas metodológicas tradicionais.

A quarta dimensão das tensões relativas à integração reside na redução das explicações em relação aos elementos contextuais. A demanda por explicações mais “reduzidas” da realidade dos métodos quantitativos, faz com que certas suposições relativas as questões de operacionalização de conceitos, mensurações, e processos

de análises de dados – usualmente centrados em *Data Set Observations* (Brady, Collier e Seawright 2006) – sejam preferíveis. A ontologia básica dos quantitativistas pode ser compreendida como observa Ragin (1989) numa realidade “organizada por variáveis”.

Estas posições altamente estilizadas e reduzidas da realidade são contrastantes com as demandas cada vez mais intensas de explicações que sejam sensíveis ao contexto, aos agentes, as instituições, e, aos processos causais. A demanda crescente por análises densas e a intensa busca por mecanismos causais para gerar melhores inferências tem feito com que os métodos qualitativos tenham assumido papel cada vez mais relevante no debate contemporâneo, e, que as explicações passem a usar intensivamente estudos de caso, pesquisa *small-n*.

Mahoney (2008) pensa a integração ao propor a validade de uma teoria unificada de causalidade a qual torna possível fazer com que a “linguagem” de variáveis e mecanismos causais seja comum aos métodos quantitativos e qualitativos. O argumento reside na compreensão de que a lógica para compreender os efeitos causais utilizada na pesquisa quantitativa, é em última instância, derivada da compreensão da causação subjacente nos estudos de caso, os quais dependem da identificação de causas necessárias, suficientes, e, condições INUS<sup>35</sup>.

Mahoney argumenta que estudos de casos e análises de regressão multivariada exibem diferentes lógicas para atingir diferentes propósitos; “por um lado, estudos de caso buscam compreender porque determinados resultados ocorreram em condições específicas; por outro lado, as análises de regressão são concebidas para estimar os efeitos médios das causas”.

Para o problema da integração é importante considerar que alguns casos precisam ser combinados. O poder analítico dos estudos de caso reside na habilidade dos mesmos em identificar e analisar os processos causais diante de complexidade causal. Esta ontologia requer a endogeneização de elementos cruciais para a explicação como temporalidade, sequência, e processos, para que seja possível verificar o efeito dos mecanismos causais em condições específicas controladas.

Coppedge (1999) compreende a importante conexão entre a integração dos métodos e o papel dos conceitos. Embora existam avanços, a análise quantitativa tradicional ainda está muito longe de assimilar a usual complexidade conceitual na ciência política (e social, mais amplamente), muitas vezes por problemas de limitação dos dados. Para realizar o potencial destas abordagens, os cientistas devem responder a questões chave situadas na fronteira compartilhada entre os métodos

35 A noção de condições INUS na discussão de causalidade é atribuída a J.L. Mackie. Ele define tal condição como sendo “an *Insufficient but Nonredundant part of an Unnecessary but Sufficient Condition for E*”, i.e., uma parte insuficiente e não-redundante de uma condição não-necessária porém suficiente para a ocorrência de um dado evento E (Mackie 1965).

quantitativos e qualitativos, e, grande parte deles deriva da importante questão da redução da complexidade de conceitos para operacionalização de variáveis. Neste ponto reside um importante aspecto da integração e seus limites. A questão de fundo reside na possibilidade efetiva de reduzir conceitos complexos para variáveis que sejam mensuráveis e quantificáveis. Para além de uma questão meramente conceitual, é importante que se compreenda que, na ciência política, a qualidade da explicação está fortemente associada ao problema da complexidade causal.

Há uma clara noção de que os modelos quantitativos sofrem imensas sofisticções para lidar com o problema da estimação de efeitos causais em realidades políticas, marcadas por hipóteses contingentes, forte dependência de condições, complexidade, variabilidade de ocorrência dos mecanismos causais. Estes desafios podem ser melhor explorados de forma mais “controlada” quando se combina a análise quantitativa com as estratégias de pesquisa *small-n*.

A questão crucial para a integração reside na complexidade dos modelos e seu impacto sobre as explicações. A pressuposição fundamental é a de que métodos representam quase sempre verdades parciais, e, isto implica fundamentalmente no argumento de que qualquer abordagem teórica ou metodológica utilizada representa apenas uma concepção parcial e condicional da realidade, e, que, os dilemas de integração estão sempre presentes.

Idealmente, qualquer tentativa de explicação integrada em ciência política deve mobilizar elementos que digam sobre as potencialidades e limites de cada abordagem a partir de conceitos, i.e, de um diálogo adensado em teoria. As estratégias integradas devem buscar campos possíveis para mitigar as usuais dicotomias conceituais e metodológicas entre os quantitativistas e qualitativistas, e, como estes podem ser convertidos em explicações teoricamente orientadas para gerar proposições empiricamente testáveis, ampliando as chances de eficiência inferencial.

Para os quantitativistas, por seu turno, a posição ideal seria aquela em que os conceitos sejam “perfeitamente” operacionalizados em variáveis mensuráveis para análise e testes de hipóteses pela análise estatística. Esta visão “reduzida” da realidade supõe ser possível que conceitos devam ser simples, claros, e, objetivos permitindo que a precisão seja alcançada. Todavia, está claro que muitos dos conceitos e questões fundamentais mobilizadas pela ciência política são complexos, multidimensionais e polissêmicos, tornando complexa, quando não impossível, de gerar uma operacionalização adequada para a análise empírica, em termos ideais. Neste ponto reside um importante aspecto da tensão para abordagens integrativas.

A tensão reside no fato de que, diante de uma realidade complexa, as abordagens qualitativas, sugerem que as explicações devam ser lastreadas a partir do desenvolvimento de modelos conceituais complexos que envolvem relações causais “elásticas” ao contexto e às instituições, em sintonia com a teoria das demarcações

essenciais.

A geração de teorias a partir de desenhos de pesquisa *small-n* permite com que hipóteses alternativas não sejam confirmadas. Por outro lado, é usual considerar que a tradição de pesquisa com poucos casos usualmente se filia a concepção mertoniana das teorias de “médio-alcance” (*middle range theories*) permitindo que as generalizações sejam possíveis apenas para períodos históricos circunscritos, e que agentes, instituições, história e cultura permitam a variação das explicações e dos mecanismos causais envolvidos. A questão de fundo reside no problema de como as hipóteses complexas podem, de fato serem testadas, nos desenhos de pesquisa *small-n*, típicas dos métodos comparativos na ciência política.

Os desenhos qualitativos *small-n* com desenhos longitudinais de pesquisa (múltiplas observações de uma dada unidade de análise no tempo) representam desenhos de pesquisa que são frutíferos para testar hipóteses sobre as “causas de determinados efeitos (*outcomes*)”. O poder destes desenhos de não-confirmar hipóteses a partir de implicações observáveis permite que o pesquisador compreenda adequadamente a sequência e o processo causal, que é crucial para analisar a direção e o sentido das influências causais supostas pela teoria.

Estes se aproximam do ideal milliano de “*most similar designs*” em que as condições são mais “controladas” entre diversos períodos. Existem duas limitações importantes deste tipo de desenho: primeiro, a questão da generalização para outros casos e contextos, dado que cada caso depende de uma repetição detalhada dos processos de análise causal e das técnicas de coleta de dados, e a forte dependência das condições contextuais. Por outro lado, os estudos de caso não permitem a variabilidade necessária para que se possa dizer sobre hipóteses contrafactuais.

Numa realidade social marcada por causalidade contingente, é plausível supor que não existam casos cruciais, mas, sim apenas casos, dado que as condições e variáveis intervenientes variam profundamente em função do contexto. A existência de casos cruciais representa um requisito fundamental para que se possa compreender a plausibilidade geral de uma hipótese. Esta questão é melhor tratada por comparações em grandes amostras, as quais são usualmente dimensionadas para permitir o grau de liberdade necessário para lidar com muitas variáveis e relações complexas a partir de alguns parâmetros de controle.

Em situações de elevada complexidade e causalidade conjunta, as técnicas configuracionais – QCA (em suas diversas variantes) utilizadas a partir das pressuposições booleanas usualmente tendem a criar uma categorização das variáveis fundamentais de análise, que conduzem usualmente a uma perda de informação com sensíveis resultados sobre a qualidade da análise. Estas técnicas usualmente não envolvem testes de significância estatística, as quais são muito úteis para a eliminação de hipóteses. Um dos problemas cruciais da integração reside no importante

argumento de que “se os pesquisadores podem encontrar técnicas capazes de lidar com variáveis categóricas, ordinais ou contínuas, assim como lidar com interações complexas, por que razões os pesquisadores deveriam optar por métodos qualitativos, se os dados quantitativos disponíveis são confiáveis? Por que razões a integração seria necessária?”

## 6 - ROTAS POSSÍVEIS PARA INTEGRAÇÃO

Discutidos estes problemas essenciais para a integração e seus dilemas, apresentaremos aqui, de forma preliminar, algumas rotas possíveis para a ciência política comparada possa lidar com tais questões. Estas alternativas estão ensejadas em quatro formulações possíveis: a pesquisa experimental com suas suposições de randomização e manipulabilidade das condições nas diversas variantes; as pesquisas centradas em estudos de caso; os métodos configuracionais, e, a crença crescente no ecletismo analítico e no pluralismo metodológico para a confecção de desenhos multimétodos. Estas alternativas emergem com força considerável nos debates sobre os desenhos de pesquisa.

A primeira alternativa possível é a de assumir o caminho de que “se a ciência política pretende avançar no problema da geração de inferências de maior qualidade, é de se considerar que os que os desenhos experimentais e quase-experimentais (em suas várias versões) seriam as formas ideais de conceber os desenhos de pesquisa”.

Neste sentido, a ciência política se moveria fortemente para a razão experimental, a partir dos quais se poderia ser realizada a integração entre métodos quando se trata de inferências, a exemplo dos métodos de controle sintéticos que combinam a tradição experimental com pesquisa qualitativa de estudos de caso (como é o exemplo dos métodos de controle sintético proposto por Abadie et al 2012) que tem sido utilizada com grande intensidade na econometria aplicada.

Desenhos Experimentais para a estimativa dos efeitos causais aproximaria a ciência política de maior rigor, e, realmente se poderia dizer sobre os efeitos das causas. Todavia, há de se considerar que o problema na ciência política, como comentado anteriormente, não é apenas o de estimar efeitos das causas, mas, muitas vezes, o de compreender as causas dos efeitos. Neste sentido, os desenhos de pesquisa centrados em pesquisa qualitativa de estudos de caso e *small-n*, adquirem considerável status científico no interior da disciplina.

Estes desenhos de pesquisa criam as possibilidades objetivas, como já mencionado anteriormente, para que os cientistas políticos compreendam a lógica subjacente aos processos causais, às instituições, e, mais importante, como estes

variam entre múltiplas realidades. Em termos mais amplos, os casos podem ser considerados como “experimentos” em que os pesquisadores enfrentam satisfatoriamente o problema da endogeneidade, que, usualmente, afetam a qualidade inferencial na pesquisa qualitativa.

Ao realizarem estudos de caso, os pesquisadores tentam, em alguma medida, controlar contextos, configurações causais, e, se orientam por uma proposição causal relevante. Todavia, a forte crença na suposição de heterogeneidade causal, e, na contingência das explicações, especialmente por elementos atribuídos ao poder causal das agências e das instituições, faz com que estes desenhos de pesquisa continuem críveis.

Mesmo que pesquisadores usem intensivamente análises estatísticas tradicionais para compreender relações entre variáveis, e, as forças de associação entre estas, as demandas por compreensão densa da realidade, torna claro que os estudos de caso assumem primazia na questão da integração. Mesmo que não se possa “radicalmente” gerar inferências a partir de casos, eles podem contribuir decisivamente com elementos fundamentais ao processo inferencial, quando compreendido no sentido de “tornar compreensível” uma explicação a partir de dados observacionais sobre causalidade. Casos representam configurações causais e, neste sentido, fundamentais para que se possa gerar melhor eficiência inferencial combinando pesquisa quantitativa e qualitativa.

A outra alternativa identificada reside no aprofundamento dos métodos configuracionais para geração de inferências causais. Preocupados essencialmente com a questão da complexidade, e, com a noção de múltipla causalidade, estes métodos permitem que o rigor da pesquisa quantitativa possa ser combinado com a “análise qualitativa” sem comprometer severamente a questão da inferência e da causalidade. Não à toa, modelos que atentam para as configurações de condições, para as articulações causais em determinados contextos, permitem com que os comparativistas “levem a sério” a importante questão da complexidade causal, e, de sua conexão com o contexto. A ciência política comparada requer cada vez menos análises que “desconsideram” a variabilidade das causas e das combinações de causas dos mesmos fenômenos em diferentes contextos. Os métodos configuracionais abrem portas consideráveis nesta direção sem perder de vista a importante questão da inferência.

Por fim, a questão da integração não se reduz a uma questão técnica ou metodológica reduzida ao problema de como os desenhos de pesquisa integrados podem lidar melhor com o problema da validação transversal e da redução dos erros. A questão da integração é mais ampla e está relacionado a um “compromisso tácito” reconhecido pelos pesquisadores contemporâneos em torno do pluralismo metodológico e do ecletismo analítico. A integração, representa, neste sentido, um para-

digma, um princípio organizador do trabalho na ciência política. A tarefa central da integração deve ir muito além dos métodos e das técnicas de análise, mas, sim criar uma institucionalização contínua de diálogo frutífero entre diversas visões presentes nas comunidades epistêmicas, em busca de novas possibilidades metodológicas, e, como estas podem de fato ser frutíferas para a qualidade da pesquisa seja ela quantitativa, qualitativa, ou multimétodo.

#### AGRADECIMENTO

Agradeço ao CNPQ pelo apoio financeiro e institucional para a condução desta pesquisa com o projeto de “A integração entre métodos quantitativos e qualitativos na ciência política comparada”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abadie; Alberto; DIAMOND, Alexis e HAINMULLER, Jens. 2012. Comparative Politics and the Synthetic Control Method. *Working Paper*. Mimeo.
- ABBOTT, Andrew. 2004. *Methods of Discovery: Heuristics for the Social Sciences*. New York. W.W.Norton & Company
- AHMED, Amel e SIL, Rudra. 2012. When Multi-Method Research Subverts Methodological Pluralism—or, Why We Still Need Single-Method Research. *Perspectives on Politics*, 10 (4), pp.935-53.
- ALMOND, Gabriel. 1988. Separate Tables: Schools and Sects in Political Science. *PS: Political Science and Politics*, 21 (4), pp.828-42.
- ALMOND, Gabriel A. e CLOUDS, Stephen J. Genco. Clocks, and the Study of Politics. *World Politics*, 29 (4), pp. 489-522.
- BATES, Robert H. et alli. 1998. *Analytical Narratives*. New Jersey. Princeton University Press.
- BLYTH, Mark. 2006. Great Punctuations: Prediction, Randomness, and the Evolution of Comparative Political Science. *American Political Science Review*, 100 (4), pp.493-498.
- BOUWELL, Jeroen V. 2003. Ontology and Methodology in Contemporary Philosophy of Social Science: the Status Quaestions. *Philosophica*, 71, pp.5-12.
- BOX-STEFFENSMEIER, Janet M.; BRADY, Henry E. e COLLIER, David. 2008. “Political Science Methodology”. In Box-Steffensmeier, Janet M., Henry E. Brady, and David Collier (eds.) *The Oxford Handbook of Political Methodology*. Chapter 1. pp.3-31.
- BRADY, Henry E. e COLLIER, David. 2003. *Rethinking Social Inquiry: Diverse Tools, Shared Standards*. New York. Rowman & Littlefield Publishers, Inc.
- BRADY, Henry E.; COLLIER, David e SEAWRIGHT, Jason. 2006. “Toward a Pluralistic Vision of Methodology” *Political Analysis*, 14(3), pp.353–368.
- BRAUMOELLER; BEAR, F. 2003. Causal Complexity and the Study of Politics. *Political Analysis*, 11. pp.209-233.
- COLLIER, David; Seawright, Jason e Munck, Gerardo L. 2004. “Sources of Leverage in Causal Inference: Toward an Alternative View of Methodology” In Brady, Henry E. and David Collier (2004). *Rethinking Social Inquiry: Diverse Tools, Shared Standards*. New York. Rowman & Littlefield Publishers, Inc. pp.229-266.
- COPPEDGE, Michael. 1999. Thickening Thin Concepts and Theories: Combining Large N and Small in Comparative Politics. *Comparative Politics*, 31(4), pp.465-476.
- FEARON, James. 1991. Counterfactuals e Hypothesis Testing in Political Science.



- World Politics, 43(2), pp. 169-195.
- FEARON, James e LAITIN, David. 2008. "Integrating Qualitative and Quantitative Methods". In Box-Steffensmeier, Janet M., Henry E. Brady, and David Collier (eds.) *The Oxford Handbook of Political Methodology*. Chapter 33. pp.756-778.
- GEEDES, Barbara. 2003. *Paradigms and Sand Castles: Theory Building and Research Design in Comparative Politics*. Ann Arbor. University of Michigan Press.
- GEORGE, Alexander L. e BENNETT, Andrew. 2005. *Case Studies and Theory Development in the Social Sciences*. Cambridge. MIT Press.
- GERRING, John. 2004. "What is a Case Study and What it is good for?" *American Political Science Review*, 98(2). pp.341-354.
- GOERTZ, Gary e STARR, Harvey. 2002. *Necessary Conditions: Theory, Methodology, and Applications*. Lanham. Rowman & Littlefield Publishers, Inc.
- GOERTZ, Gary e MAHONEY, James. 2012. *A Tale of Two Cultures: Contrasting Quantitative and Qualitative Research in the Social Sciences*. New Haven. Princeton University Press.
- HALL, Peter. 2003. "Aligning Ontology and Methodology in Comparative Politics". In Mahoney, James and Dietrich Rueschmeyer (eds). *Comparative Historical Analysis in the Social Sciences*. pp.373-406.
- JUDD, Charles M.; MCCLELLAND, Gary H. e Ryan, Carey S. 2009. *Data Analysis: A Model Comparison Approach*. New York. Routledge.
- KING, Gary. 1989. *Unifying Political Methodology: The Likelihood Theory of Statistical Inference*. Ann Arbor. The Michigan University Press.
- KING, Gary, KEOHANE, Robert e VERBA, Sidney. 1994. *Designing Social Inquiry: Scientific Inference in Qualitative Research*. New Jersey. Princeton University Press.
- LAITIN, David D. 2002. "Comparative Politics: The State of the Subdiscipline". In Katznelson, Ira and Helen V. Milner (eds). *Political Science: the State of the Discipline*. New York. W.W. Norton. Pp.630 –659.
- LEVI, Margaret. 2004. "An analytical narrative approach to puzzles and problems". In Shapiro, Ian, Rogers M. Smith, and Tarek E. Masoud (eds.). *Problems and Methods in the Study of Politics*. New York. Cambridge University Press. pp. 201-226.
- LIEBERMAN, Evan S. 2005. "Nested Analysis as a Mixed-Method Strategy for Comparative Research" *American Political Science Review*, 99(3). pp.435-52.
- LIJPHART, A. 1971. 'Comparative Politics and the Comparative Method', *American Political Science Review* 65: 682–93.
- MACKIE, John L. 1965. Causes and Conditions. *American Philosophical Quarterly*,

2 (4), pp.245-55;

- MAHONEY, James. 2008. "Toward a Unified Theory of Causality." *Comparative Political Studies* 41 (4/5): 412-36.
- MAHONEY, James; KIMBALL, Erik e KOIVU, Kendra L. 2008. The Logic of Historical Explanation. *Comparative Political Studies*, 42(1). pp.114 -146.
- MAHONEY, James. 2010. After KKV: The New Methodology of Qualitative Research. *World Politics*, 62(1). pp.120-147.
- MAHONEY, James e TERRIE, P. Larkie. 2008. "Comparative-Historical Analysis in Contemporary Political Science". In Box-Steffensmeier, Janet M., Henry F. Brady, and David Collier (eds). *The Oxford Handbook of Political Methodology*. New York. Oxford University Press. Chapter 32. pp.737-754.
- MAHONEY, James e RUESCHMEYER, Dietrich (eds.) (2002). *Comparative Historical Analysis in the Social Sciences*. New York. Cambridge University Press.
- MANSKI, Charles F. 1999. *Identification Problems in the Social Sciences*. Cambridge. Harvard University Press.
- MOSES, JONATHON, BENÔIT, RIHOUX, and KITTEL, Bernhard. 2005. Mapping Political Methodology: reflections on a European Perspective. *European Political Science*, 4. pp.55-68.
- NORRIS, Pipa. 1997. 'Towards a More Cosmopolitan Political Science?' *European Journal of Political Research* 31(1-2): 17-34.
- PLOTT, Charles R. 1991. Will Economics Become an Experimental Science? *Southern Economic Journal*, 57, pp.901-920.
- PRZEWORSKI, Adam. 2007. "Is The Science of Comparative Politics Possible?". In Boix, Carles and Susan Stokes (orgs.). *Oxford Handbook of Comparative Politics*. New York. Cambridge University Press.
- PUTNAM, Robert D; LEONARDI, Robert e NONETTI, Rafaella. 1993. *Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy*. New Jersey. Princeton University Press.
- RAGIN, Charles C. 1989. *The Comparative Method: Moving Beyond Qualitative and Quantitative Strategies*. Berkeley. University of California Press.
- RAGIN, Charles C. 2000. *Fuzzy-Set Social Science*. Chicago. The University of Chicago Press. Chapter Three – Studying Cases as Configurations. pp.64-87.
- REZENDE, Flávio da Cunha. 2011a. Razões Emergentes para a validade dos estudos de caso na ciência política contemporânea. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 6, pp.297-337.
- REZENDE, Flávio da Cunha. 2011 b. "A Nova Metodologia Qualitativa" e as Condições Essenciais de Demarcação entre Desenhos de Pesquisa na Ciência Política Comparada. *Revista Política Hoje*, vol 20(1), pp.218-252.
- REZENDE, Flávio da Cunha. 2012. Da Exogeneidade ao Gradualismo: Inovações na

- Teoria da Mudança Institucional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol 27 (78), pp.113-130.
- ROHLFING, Ingo. 2012. *Case Studies and Causal Inference: an integrative framework*. New York. Palgrave MacMillan. ECPR Research Methods Series.
- RYAN, Alan. 2004. "Problems and Methods in Political Science: rational explanation and its limits. In Shapiro, Ian, Rogers, M. Smith, and Tarek E. Masoud (eds.) *Problems and Methods in the Study of Politics*. New York. Cambridge University Press. 186-200.
- SARTORI, Giovanni. 1970. Concept Misinformation in Comparative Politics. *The American Political Science Review*, LXIV (4), pp.1033-1053.
- SCHNEIDER, Carsten Q. e WAGEMANN, Claudius. 2012. *Set-Theoretical Methods for the Social Sciences: A guide to Qualitative Comparative Analysis*. New York. Cambridge University Press.
- SHAPIRO, Ian. 2002. Problems, Methods, and Theories in the Study of Politics, or What's Wrong with Political Science and What to do About it. *Political Theory*, vol 30(4). pp. 588-611.
- TARROW, Sidney. 1995. "Bridging the Quantitative-Qualitative Divide in Political Science." *American Political Science Review*, 89(2): 471-74.